



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

segunda-feira, 9 de novembro de 2020

Ano XI - Edição nº 01562 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Coração de Maria publica



Praça Drº Araujo Pinho | Centro | Coração de Maria-Ba

www.pmcoracaodemaria.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
EB3329E94B285EF7E48A3771E472F673

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

SUMÁRIO

- MATRIZ CURRICULAR ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - 2019 - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS Nº DE DIAS LETIVOS: 200 DIAS (40 SEMANAS) / CARGA HORÁRIA ANUAL: 916H40MIN (1000 AULAS) / HORA-AULA: 50MIN

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

Outros

MATRIZ CURRICULAR

Organização Curricular da Educação Básica - 2019 - Ensino Fundamental Anos Finais
Nº de Dias Letivos: 200 dias (40 semanas) / Carga Horária anual: 916h40min (1000 aulas) / hora-aula: 50min

AMPARO LEGAL LEI FEDERAL Nº 9.394/96, RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7/2010E RESOLUÇÃO CEE/ES Nº 3777/2014	BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS				AULAS ANUAIS				
				6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	TOTAL
		LINGUAGENS	Língua Portuguesa	4	4	4	4	160	160	160	160	640
			Educação Física	2	2	2	2	80	80	80	80	320
			Arte	2	2	2	2	80	80	80	80	160
			Língua Inglesa	2	2	2	2	80	80	80	80	160
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	3	3	3	3	120	120	120	120	320
		MATEMÁTICA	Matemática	4	4	4	4	160	160	160	160	640
		CIÊNCIAS HUMANAS	História	3	3	2	2	120	120	80	80	320
			Geografia	2	2	3	3	80	80	120	120	320
	ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso*	1	1	1	1	40	40	40	40	160	
	PARTE DIFERENCIADA	Eixos Integradores	Leitura e Produção textual	1	1	1	1	40	40	40	40	160
			Pensamento geométrico	1	1	1	1	40	40	40	40	160
	TOTAL				20	20	20	20	1000	1000	1000	1000

Observações:
O Ensino Religioso é facultativo para o aluno e será desenvolvido conforme Artigo 1º da Lei 9.475/97, regulamentado pela Resolução CEB nº 02 de 07/04/98, Resolução nº. 7 de 14/12/2010, Resolução nº. 4 de 13/07/2010 e Resolução CNE/CP nº 02, de 22/12/2017.
Os conteúdos de Língua Estrangeira Moderna serão trabalhados apenas em um dos componentes curriculares: Inglês, Francês ou Espanhol - visando atender as peculiaridades locais.
No componente curricular de Educação Física, as atividades motoras e atividades de participação social serão desenvolvidas dentre as atividades correspondentes (jogos, ginásticas, xadrez, etc.).
O Currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Curricular Comum - BNCC, integrando e articulando os Temas Transversais (aspectos da Vida Cidadã) com as Áreas de Conhecimento, visando a formação integral do aluno:
No 9º ano a disciplina de ciências é subdividida em 01 aula de Química e 01 de Física:
1. Serão trabalhados de forma transversal: 1.1 Os temas: Sexualidade e gênero, saúde, vida familiar e social, trabalho, educação para o consumo, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural devem permear todos os componentes curriculares (artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.2 Os direitos da criança e dos adolescentes (Lei nº. 11.525/07) que têm como diretriz a Lei nº8. 069/90 que institui o ECA(artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.3 A condição e o direito do idoso (Lei nº. 10.741/2003: Estatuto do Idoso) (São artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.4 A preservação do meio ambiente nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)(artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.5 A Educação para o trânsito (Lei 9.503/97)(§1º do artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.6 O Estudo sobre os símbolos nacionais (Lei nº. 12.472/11);
1.7 A Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CEB 7/10);

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

MATRIZ CURRICULAR

Organização Curricular da Educação Básica - 2019 –Educação e Jovens e Adultos
Nº de Dias Letivos: 200 dias (40 semanas) / Carga Horária anual: 916h40min (1000 aulas) / hora-aula: 55min

AMPARO LEGAL LEI FEDERAL Nº 9.394/96, RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7/2010E	BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DECONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS					AULAS ANUAIS					
				EIXO I 1º ANO	EIXO II 2º E 3º ANO	EIXO III 4º E 5º ANO	EIXO IV 6º E 7º ANO	EIXO V 8º E 9º ANO	EIXO I 1º ANO	EIXO II 2º E 3º ANO	EIXO III 4º E 5º ANO	EIXO IV 6º E 7º ANO	EIXO V 8º E 9º ANO	TOTAL
		LÍNGUAGENS	Língua Portuguesa	6	6	5	4	4	240	240	200	160	160	1120
			Arte	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
			Educação Física		1	1	1	1	40	40	40	40	40	200
			Língua Inglesa	X	X	1	1	1	X	X	40	40	40	120
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	3	3	3	3	3	120	120	120	120	120	600
		MATEMÁTICA	Matemática	4	4	4	4	4	160	160	160	160	160	1000
		CIÊNCIAS HUMANAS	História	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	400
	Geografia		2	2	2	2	2	80	80	80	80	80	400	
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso*	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40	200		
PARTE DIVERSA	LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Língua Inglesa	X	X	1	1	1	X	X	40	40	40	80	
TOTAL				20	20	20	20	20	800	800	800	800	800	4000

Observações:
A Matriz Curricular é o tempo das aulas obedece ao disposto nos artigos 5º e 18, da Resolução CNE/CEB nº 1 de 05 de julho de 2000: Art. 5º Os Componentes curriculares consequentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino. Art. 18 “Respeitado o Art. 5º desta Resolução, os cursos de Educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino fundamental deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Art. 26, 27, 28 e 32 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.” - O Ensino Religioso é facultativo para o aluno e será desenvolvido conforme Artigo 1º da Lei 9.475/97, regulamentado pela Resolução CEB nº 02 de 07/04/98, Resolução nº. 7 de 14/12/2010, Resolução nº. 4 de 13/07/2010 e Resolução CNE/CP nº 02, de 22/12/2017. - Os conteúdos de Língua Estrangeira Moderna serão trabalhados apenas em um dos componentes curriculares: Inglês, Francês ou Espanhol - visando atender as peculiaridades locais. - O Currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Curricular Comum - BNCC, integrando e articulando os Temas Transversais (aspectos da Vida Cidadã) com as Áreas de Conhecimento, visando a formação integral do aluno;
1. Serão trabalhados de forma transversal:
1.1 Os temas: Sexualidade e gênero, saúde, vida familiar e social, trabalho, educação para o consumo, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural devem permear todos os componentes curriculares (artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.2 Os direitos da criança e dos adolescentes (Lei nº. 11.525/07) que têm como diretriz a Lei nº8. 069/90 que institui o ECA(artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.3 A condição e o direito do idoso (Lei nº. 10.741/2003: Estatuto do Idoso) (São artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.4 A preservação do meio ambiente nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)(artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

1.5 A Educação para o trânsito (Lei 9.503/97) (§1º do artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);
1.6 O Estudo sobre os símbolos nacionais (Lei nº. 12.472/11); 1.7 A Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CEB 7/10); 2. Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro – Brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística, Literatura e histórias Brasileiras (Lei 11.645/08);
3. O ensino de Arte especialmente em suas as expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (Lei nº12. 769/08);
4. A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular Arte (Lei nº. 12.287/10);

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

MATRIZ CURRICULAR

Organização Curricular da Educação Básica - 2019 - Ensino Fundamental Anos Iniciais
Nº de Dias Letivos: 200 dias (40 semanas) / Carga Horária anual: 916h40min (1000 aulas) / hora-aula: 55min

AMPARO LEGAL LEI FEDERAL Nº 9.394/96, RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº	BASE NACIONAL COMUM	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS					AULAS ANUAIS				
		Linguagens	Língua Portuguesa	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
				1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
		Linguagens	Língua Portuguesa	6	6	6	5	5	240	240	240	200	200
			Educação Física	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40
			Língua Inglesa	X	X	x	1	1	X	X	x	40	40
			Arte	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40
		CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	3	3	3	3	3	120	120	120	120	120
		MATEMÁTICA	Matemática	5	5	5	4	4	200	200	200	160	160
		CIÊNCIAS HUMANAS	História	2	2	2	2	2	80	80	80	80	80
			Geografia	1	1	1	2	2	40	40	40	80	80
		ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso*	1	1	1	1	1	40	40	40	40	40
		TOTAL		20	20	20	20	20	800	800	800	800	800

Observações:

O Ensino Religioso é facultativo para o aluno e será desenvolvido conforme Artigo 1º da Lei 9.475/97, regulamentado pela Resolução CEB nº 02 de 07/04/98, Resolução nº. 7 de 14/12/2010, Resolução nº. 4 de 13/07/2010 e Resolução CNE/CP nº 02, de 22/12/2017.

No componente curricular de Educação Física, as atividades motoras e atividades de participação social serão desenvolvidas dentre as atividades correspondentes (jogos, ginásticas, xadrez, etc.). O Currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Curricular Comum - BNCC, integrando e articulando os Temas Transversais (aspectos da Vida Cidadã) com as Áreas de Conhecimento, visando a formação integral do aluno;

1. Serão trabalhados de forma transversal:

1.1 Os temas: Sexualidade e gênero, saúde, vida familiar e social, trabalho, educação para o consumo, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural devem permear todos os componentes curriculares (artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);

1.2 Os direitos da criança e dos adolescentes (Lei nº. 11.525/07) que têm como diretriz a Lei nº8. 069/90 que institui o ECA(artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);

1.3 A condição e o direito do Idoso (Lei nº. 10.741/2003: Estatuto do Idoso) (São artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);

1.4 A preservação do meio ambiente nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)(artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);

1.5 A Educação para o trânsito (Lei 9.503/97)(§1º do artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10);

1.6 O Estudo sobre os símbolos nacionais (Lei nº. 12.472/11); 1.7 A Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CEB 7/10);

2.Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro – Brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiras serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação Artística, Literatura e histórias Brasileiras(Lei 11.645/08);

3.O ensino de Arte especialmente em suas as expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (Lei nº12. 769/08); 4. A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular Arte (Lei nº. 12.287/10);

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

MATRIZ CURRICULAR

Organização Curricular da Educação Básica - 2019 –Educação Infantil
Nº de Dias Letivos: 200 dias (40 semanas) / Carga Horária anual: 916h40min (1000 aulas) / hora-aula: 55min

		ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	AULAS SEMANAIS		
						TOTAL
AMPARO LEGAL LEI FEDERAL Nº 9.394/96, RESOLUÇÃO CNE/CER Nº	BASE NACIONAL COMUM	O eu, o outro e o nós	Natureza e Sociedade	3	160	640
		Corpo, gestos e movimentos	Movimento	3	80	320
		Traços, sons, cores e imagens	Artes	1	40	160
			Educação Musical	1	80	320
		Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	Matemática	6	160	640
		Escuta, fala, linguagem e pensamento	Linguagem	6	80	320
		TOTAL		20	800	3200

Observações:

A Matriz está em consonância com as orientações da Resolução nº 02/2017 de 22/12/2017 que: Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

- Os Campos de experiências estão dispostos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, homologada em 20 de dezembro de 2017.
- As aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras, assegura conceitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.
- A definição e denominação dos campos de experiências também baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências;
- As aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos e vivências que provêm aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos experienciais, sempre tomando as interações e brincadeiras como eixos estruturantes;
- Conhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser sequencialmente organizados em três grupos de faixa etária, correspondendo a habilidades de aprendizagem e às características ao desenvolvimento das crianças. Considerando os objetivos de aprendizagem o desenvolvimento de crianças de 02 anos completos até 30/06, de 03 anos completos até 30/06, de 04 anos completos até 30/06 e de 05 anos completos até 30/06 do ano em curso conforme estabelece a Portaria SMECD nº 02/2017.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



PARECER 005/ 2020

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORAÇÃO DE MARIA - CME

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação	Coração de Maria - BA
ASSUNTO: Matriz Curricular	
RELATOR (A): Vilma Pacheco	
PROCESSO Nº: 005/ 2020	
PARECER CME/CEF Nº: 005/2020	APROVADO EM: 18/09/2020

I – RELATÓRIO

1. Histórico:

A Secretaria Municipal de Educação conforme documento encaminhado para apreciação deste Exímio Conselho a Matriz Curricular para as Escolas Municipais de Educação Infantil, Ensino Fundamental das séries iniciais e séries finais, e a Educação de Jovens e Adultos da rede de ensino do município de Coração de Maria-Ba. Pela necessidade de adequação da matriz curricular, que acompanha o ofício citado, aos critérios de duração e carga horária previstos no Decreto Federal 2.208/97 e na Resolução CNE/CEB n.º 04/99, bem como o currículo conforme a Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada que atende o previsto na Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96.

2. Apreciação:

2.1. Aspectos legais:

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

"A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)" (BRASIL, 2017, p. 7).

As competências do século XXI dizem respeito a formar cidadãos mais críticos, com capacidade de aprender a aprender, de resolver problemas, de ter autonomia para a tomada de decisões, cidadãos que sejam capazes de trabalhar em equipe, respeitar o outro, o pluralismo de ideias, que tenham a capacidade de argumentar e defender seu ponto de vista. Essas competências guiaram a elaboração da BNCC e implicam em uma desvinculação da escola do passado, inclinada à memorização de conteúdo das disciplinas.

No documento, o foco das escolas passaram a ser não a MERA transmissão de conteúdo, mas o desenvolvimento de competências, compreendidas como a soma de conhecimentos (saberes), habilidades (capacidade de aplicar esses saberes na vida cotidiana), atitudes (força interna necessária para utilização desses conhecimentos e habilidades) e valores (aptidão para utilizar esses conhecimentos e habilidades com base em valores universais, como direitos humanos, ética, justiça social e consciência ambiental).

Alinhado a esse cenário e as decisões relacionadas à ampliação da jornada escolar, as mudanças não são apenas administrativas, mas pedagógicas e têm relação direta com a ampliação das oportunidades educativas. Mais do que ampliação, especialmente na jornada regular, fala-se em reconfiguração dos tempos educativos. Nesse contexto a escola torna-se responsável por organizar tempos, espaços, recursos educativos locais de forma a promover o desenvolvimento integral de seus estudantes.

Dado o caráter normativo do texto da BNCC e a adesão ao currículo a rede de ensino do município de Coração de Maria-Ba através da Secretaria de Educação elaborou a presente Matriz Curricular das Escolas Municipais em consonância com o Documento Referencial Curricular Bahia.



Prefeitura Municipal de Coração de Maria

2.2. Aspectos formais:

A Matriz Curricular é um documento norteador da escola. É o ponto de partida de sua organização pedagógica. É a partir da matriz que se define que componentes curriculares serão ensinados na escola. Nesse sentido, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) houve a necessidade de ajustes e reformulação da matriz curricular da rede de ensino de Coração de Maria-Ba, a partir das dez competências gerais norteadoras do trabalho das escolas e dos professores em todos os anos e componentes curriculares – as antigas disciplinas – da Educação Básica, para incorporar as definições do conjunto de aprendizagens fundamentais.

Em se tratando da Educação infantil, Ensino Fundamental das séries iniciais e finais, e a Educação de Jovens e Adultos, as escolas municipais vem realizando formações e orientando as escolas para que realizem um trabalho pedagógico qualitativo. Sendo assim, é reforçada a compreensão de que o tempo de permanência da criança na escola deve ser prazeroso, dinâmico, atrativo e acolhedor. Ressaltando-se aqui, a importância das interações, já que estas caracterizam-se como o fio condutor que perpassa o currículo e toda sua estrutura organizacional, garantindo para os estudantes seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, a relatora é de voto favorável à homologação da matriz curricular. Isto posto, propomos a aprovação deste Parecer, com a indicação de que os efeitos legais de regulamentação.

III – DECISÃO DO CONSELHO

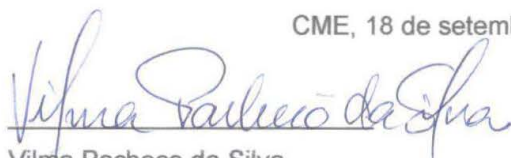
Neste sentido, o Conselho Municipal de Educação aprova por unanimidade a matriz curricular das Escolas Municipais a ser adotado pelas escolas da rede de Ensino do município de Coração de Maria-Ba, pois a



Prefeitura Municipal de Coração de Maria

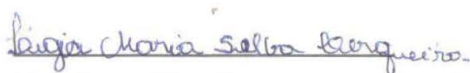
mesma atende às orientações do CEE, objetivando ampliar o sentido da escola e engajar os estudantes, promovendo a aprendizagem de todos por meio de uma educação que trabalhe as competências para o Século XXI. De modo que a Secretaria Municipal de Educação deve orientar as escolas para a plena implantação da Base Nacional Comum Curricular.

CME, 18 de setembro de 2020.



Vilma Pacheco da Silva

Conselheira – Relatora



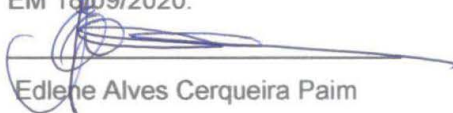
Ligia Maria Silva Cerqueira

Presidente do CME

Decreto nº 191 de 23 de julho de 2020

HOMOLOGO

EM 18/09/2020.



Edlene Alves Cerqueira Paim

Secretária Municipal da Educação

Decreto nº 132 de 01 de novembro

de 2019.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria



RESOLUÇÃO DO CME Nº 003/ 2020, 26 de outubro de 2020.

Institui a Matriz Curricular para Rede Municipal de Ensino de Coração de Maria.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORAÇÃO DE MARIA-BA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais,

RESOLVE:

Art. 1º. **APROVAR**, conforme o anexo I do Parecer nº 002/2020, a criação da Matriz Curricular da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos para as escolas públicas municipais.

Art. 2º. **APROVAR**, O Currículo é constituído de uma Base Nacional Comum e de uma Parte Diversificada compõe eixos integradores Leitura e produção textual e pensamento geométrico. Esses aspectos devem estar apontados no Projeto Político Pedagógico, além de outros assegurados através das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 – Educação das Relações Étnico-Raciais; da Lei nº 9.795/1999 – Educação Ambiental no Sistema Educacional; do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso.

Art. 3º. Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro – Brasileira e dos Povos Indígenas Brasileiras serão ministrados no âmbito de todo o currículo

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e Histórias Brasileiras (Lei 11.645/08).

Art. 4º. A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica (Lei 10.793/03) será desenvolvida com conteúdos se configurem nos conhecimentos das práticas corporais com base nas manifestações da cultura corporal de movimento e contará o regente de classe e/ou com professores especializados.

Art. 5º. Os estudos de Arte, de acordo com a Lei nº 9.394/96, (art. 26, § 2º) das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constitui-se disciplina obrigatória na Educação Básica. O ensino de Arte contemplará as linguagens artísticas: artes visuais, a dança, a música e o teatro (Lei 13278/16).

Art. 6º. A matriz curricular da educação Infantil contemplará os Eixos de Trabalho e/ou Âmbito de Experiência proposta nos Referências Curriculares.
Parágrafo Único. Os eixos, na Educação Infantil, serão trabalhados sob forma de atividades integradas, garantindo-se a interdisciplinaridade.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação fará o acompanhamento das Instituições de Educação Infantil para assegurar o cumprimento da matriz curricular de forma integrada.

Art. 8º. A Unidade Escolar deverá conferir ampla divulgação ao conteúdo desta Resolução, facilitando acesso e visibilidade ao corpo docente da Escola.

Art. 9º. A inobservância e o descumprimento da presente Resolução poderão ensejar a abertura de procedimento administrativo disciplinar, cabível para apuração de responsabilidades.

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

DAS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS MODALIDADES

Art. 10. Constituem os segmentos ou etapas e modalidades da Educação Básica:

§ 1º A Educação Infantil, com o segmento creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança do berçário até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses com duração de dois anos.

§ 2º O Ensino Fundamental, com duração de 9 (nove) anos, organizado com cinco anos (1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano), denominado de Fundamental I - Anos Iniciais e quatro anos (6º, 7º, 8º e 9º ano), denominado de Fundamental II - Anos Finais.

§ 3º A Educação de Jovens e Adultos, voltada para a garantia de formação integral, abrange da alfabetização às diferentes etapas da escolarização a ao longo da vida, organizada na Rede Municipal de Coração de Maria-Ba em cinco anos, denominados de eixos I (1º ano), II (2º e 3º), III (4º e 5º), IV (6º e 7º) e V 8º e 9º) correspondendo à formação na Educação Básica na etapa do Ensino Fundamental.

§ 4º A Educação Escolar Quilombola e a Educação Escolar Indígena no município, atendendo as normas e ordenamentos jurídicos próprios e as Diretrizes Nacionais específicas, terão ensino intercultural e bilíngue, com vistas à afirmação e manutenção da diversidade étnica e linguística, assegurada a participação da comunidade no seu modelo de organização e gestão.

§ 5º A Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva deve universalizar o atendimento nas escolas, ampliando as condições de acesso e de permanência dos/as estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns da educação pública municipal de Coração de Maria-Ba:

I – A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica articula as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

modo a promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade.;

II – Considerando o processo de alfabetização das crianças definido na BNCC (2017, p.87) “é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica” no Bloco Pedagógico, com ênfase nos dois primeiros anos e aprofundamento no terceiro ano do Ensino Fundamental;

III - Os/as estudantes fora da idade própria para o ano em que estão matriculados devem ser avaliados pela escola de acordo com o Art. 24, Inciso II, alínea c da LDB (Lei 9394/1996), com a finalidade de identificação do ano correspondente aos seus conhecimentos e saberes para a efetivação da continuidade dos seus estudos;

IV - Os/as estudantes matriculados nos eixos I, II e III da Educação de Jovens e Adultos devem ser avaliados de acordo com o Art. 24, Inciso II, alínea c da LDB (Lei 9394/1996), para a inserção destes no ano correspondente do ensino fundamental na EJA correspondente aos saberes e conhecimentos que possuem para a efetivação da continuidade da escola;

V - O atendimento educacional especializado aos/as estudantes com deficiência deve ser expandido gradativamente com o apoio dos órgãos competentes, não substituindo a escolarização regular, mas sendo complementar à mesma, oferecido no turno oposto à matrícula do/a estudante, em Salas Multifuncionais na própria escola ou em outra do município e/ou Centros Especializados;

VI – As Salas Multifuncionais funcionam com professores/as e profissionais com formação especializada, de acordo com o plano de atendimento aos/as estudantes e suas necessidades educacionais específicas, com equipamentos e recursos adequados as atividades pedagógicas de apoio a aprendizagem que são desenvolvidas acompanhando o/a estudante durante todo o percurso do ano letivo;

VII - Para garantir a aprendizagem, as escolas devem construir estratégias pedagógicas buscando recuperar os/as estudantes que apresentarem dificuldades no decorrer das unidades didáticas no processo de construção do conhecimento em todos os anos, segmentos e modalidades;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

VIII - A avaliação compreendida como redimensionadora da ação pedagógica deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, considerando sempre a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, o desenvolvimento do/a estudante ao longo do período sobre os resultados parciais.

DAS MATRIZES CURRICULARES

Art. 11. O corpo de componentes curriculares que compõem as Matrizes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos se organizam com as áreas do conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, com a parte complementar diversificada e a integralização do currículo, com a articulação da Educação Profissional por meio da Qualificação Profissional e com a jornada escolar, por turno ou tempo integral.

§ 1º Constituem-se nas áreas do conhecimento referidas no caput do artigo: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

I – Linguagens compreendem o estudo da:

- a) língua Portuguesa;
- b) arte, sendo a música conteúdo obrigatória, mas não exclusivo, compreendendo também as artes visuais, o teatro e a dança;
- c) línguas maternas para as comunidades indígenas e quilombolas;
- d) educação física como componente obrigatório do Ensino Fundamental, onde é facultativa ao/a estudante nas circunstâncias previstas na LDB;
- e) os conteúdos de Língua Estrangeira Moderna serão trabalhados apenas em um dos componentes curriculares: Inglês, Francês ou Espanhol - visando atender as peculiaridades locais. A partir do 6º ano e nos Eixos IV e V da Educação de Jovens e Adultos.

II – Matemática;

III – Ciências da Natureza;

IV – Ciências Humanas:

- a) história do Brasil e do Mundo;

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

b) geografia Brasileira e Global.

V - Ensino Religioso:

a) O Ensino Religioso será organizado de modo que se cumpra o estabelecido na legislação pertinente quanto da sua oferta obrigatória pelo sistema de ensino e facultativa aos/as estudantes.

§ 2º A parte complementar diversificada compreende um conjunto de conhecimentos que complementam o previsto na base nacional comum curricular para a formação dos/as estudantes nos segmentos da Educação Básica e suas modalidades ofertados pelo município. Os temas: Sexualidade e gênero, saúde, vida familiar e social, trabalho, educação para o consumo, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural devem permear todos os componentes curriculares (artigo 16 da Resolução CNE/CEB 7/10).

§ 3º A Educação Infantil traz como conhecimento para se abordar em todo o fazer didático-pedagógico a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, nas dimensões da formação pessoal e social e do conhecimento de mundo, tendo como componentes curriculares:

I – Movimento;

II – Música;

III – Artes Visuais;

IV – Linguagem Oral e Escrita;

V – Natureza e Sociedade;

VI – Matemática.

a) A distribuição da carga horária da Educação Infantil é apresentada na Matriz Curricular onde direciona as ações para a organização do trabalho didático-pedagógico neste segmento. As aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e as brincadeiras asseguram conceitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se.

b) Os campos de Experiência são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimento; traços, sons, cores e formas; Escrita, fala pensamento e imaginação e Espaços, tempo quantidades, relações e transformações.

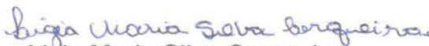
c) Para cada campo de Experiência são definidos os conceitos centrais e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, por faixa etária,

Prefeitura Municipal de Coração de Maria

conforme a BNCC, acrescentando também os objetivos próprios da educação de Coração de Maria-Ba.

- d) Conhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser sequencialmente organizados em três grupos de faixa etária, correspondendo a habilidades de aprendizagem e às características ao desenvolvimento das crianças. Considerando os objetivos de aprendizagem o desenvolvimento de crianças de zero a 1 ano e seis meses(bebês) e de 1 ano e sete meses a 3 anos e 11 meses (crianças bem pequenas) até 30/03, a pré-escola 4 anos a 5 anos e 11 meses (crianças bem pequenas) obedecendo a data corte de 30/03.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação e publicação, revogando-se as disposições em contrário.


Ligia Maria Silva Cerqueira
Presidente do CME